



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Processo n.º 4406/2017

Assunto: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 13/2019 – Serviços de Locação de Equipamento de Vigilância Eletrônica.

Parecer n.º. 225/2019

1. Chegam a essa Assessoria de Licitações e Contratos os autos para manifestação acerca da impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 13/2019, formulado pela empresa VILMAR GOMES SANDIM - ME.
2. Aduziu a supracitada empresa que a instalação e manutenção de alarme, circuito fechado de TV (CFTV) ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são enquadrados como serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional de engenharia. Com efeito, pleiteou a alteração do instrumento convocatório a fim de que conste como requisito de habilitação técnica a exigência de Engenheiro Eletricista e/ou Eletrônico, devidamente registrado no CREA (doc. n.º 61260/2019).
3. O pregoeiro, a seu turno, manifestou-se pela procedência da impugnação apresentada pela empresa, assinalando, em síntese, que a resolução n.º 1010/2005 do CONFEA, caracteriza como sendo de engenharia os serviços de instalação e manutenção de equipamentos de controle de acesso e de Segurança Patrimonial em geral, e de Detecção e Alarme de Incêndio.
- 3.1. Ademais, colacionou trecho de Acórdão n.º 1.753/2008 do TCU no qual se sedimentou entendimento no sentido de que os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional de engenharia.

É o relatório.

4. Essa Unidade de assessoramento reitera *ipsis litteris* o entendimento esposado pelo Pregoeiro no doc. n.º 61275/2019.
- 4.1. Registre-se que a impugnação *sub analisis* envolve aspectos técnicos da contratação, mormente quanto aos requisitos técnicos necessários para a execução do objeto, o que foge da esfera de conhecimento dessa Assessoria Jurídica. Todavia, conforme pertinentemente sublinhado pelo pregoeiro, o artigo 5º da Resolução CONFEA

(Fl. 2 do Parecer nº 225/2019)

nº 1010/2005¹ é claro ao indicar expressamente que os serviços de instalação e manutenção de equipamento exige a execução por profissional diplomado no âmbito das profissões inseridas no CONFEA/CREA.

4.2. Na mesma linha fixou o posicionamento a Corte de Contas da União.²

5. Considerando o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pelo provimento da impugnação formulada pela empresa VILMAR GOMES SANDIM – ME., devendo, por conseguinte, ser realizado os ajustes necessários no edital.

É o parecer, *sub censura*.

Salvador, 28 de março de 2019.

Rafael Abreu Silvany
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

¹ Art. 5º Para efeito de fiscalização do exercício profissional dos diplomados no âmbito das profissões inseridas no Sistema Confea/Crea, em todos os seus respectivos níveis de formação, ficam designadas as seguintes atividades, que poderão ser atribuídas de forma integral ou parcial, em seu conjunto ou separadamente, observadas as disposições gerais e limitações estabelecidas nos arts. 7º, 8º, 9º, 10 e 11 e seus parágrafos, desta Resolução:

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
Atividade 16 - Execução de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
Atividade 17 – Operação, manutenção de equipamento ou instalação; e

² II - observarem que os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado;” (Acórdão 1753/2008, Plenário).